



GT 060. Prostituição e direitos humanos em tempos de reação

Thaddeus Gregory Blanchette (UFRJ Macaé) -
Coordenador/a, Flavja do Bonsucesso, Teixeira
(Universidade Federal de Uberlândia) -
Coordenador/a

No decorrer dos últimos 125 anos, passaram sucessivas ondas de políticas públicas que supostamente resolveriam a questão da prostituição. Neste contexto, o Brasil tem adotado uma política constante, por um lado, que é declaradamente abolicionista, enquanto pragmaticamente devolve a regulamentação cotidiana da prostituição às autoridades locais. Essas, por sua vez, frequentemente administram o comércio do sexo através de concordatas extra-oficiais com vários poderes paralelos. Isto tem feito do ofício de vender sexo, no Brasil, algo extremamente arriscado e sujeito a constantes violações dos direitos humanos dos trabalhadoras do sexo. O presente GT contemplará trabalhos que focalizaram na interface entre o trabalho sexual e os direitos humanos, particularmente os que focalizam nos conflitos e colaborações entre as trabalhadoras sexuais, agentes do governo e outros grupos. Em particular, estamos interessados em trabalhos que expõem transformações nessas interações em anos recentes, particularmente no contexto da gentrificação e higienização dos espaços urbanos, da luta contra o assim-chamado tráfico humano, e das reações contra práticas e identidades sexuais, ou que demonstram permanências frente essas pressões. Também aceitaremos trabalhos que refletem sobre o engajamento antropológico com o trabalho sexual, particularmente apresentações que focalizam nas questões éticas decorrentes desse envolvimento.

?A Campina é fêmea!?: uma etnografia sobre práticas e poéticas de mulheres prostitutas no bairro da Campina, Belém-PA.

Autoria: Sílvia Lília Silva Sousa

O presente artigo pretende compreender as poéticas produzidas sobre o bairro da Campina, Belém-PA a partir das experiências, práticas e memórias de prostitutas junto a este locus urbano. Diante da diversidade de espaços destinados a prostituição presentes em Belém-PA, o bairro da Campina é um lugar histórico deste métier na cidade, pois é onde se constituiu a maior zona de prostituição de Belém. Por volta do século XIX já era expressiva a presença de prostitutas no bairro, constantemente denunciadas por perturbarem a ordem e ocuparem espaços centrais da cidade em seu ofício, que aos olhos de autoridades da época, atentavam contra o progresso e a moral (Trindade, 1999). Em 1921 foi delimitada uma área reservada especialmente ao meretrício, também conhecida como Quadrilátero do Amor (Espírito Santo Júnior, 2013). No ano de 1970, período de intensa violência e repressão direcionadas de forma cruel e desumana às mulheres prostitutas - constantemente estupradas e obrigadas a lavar os salões policiais - a zona da Campina foi interditada. Atravessado por tensões, estratégias de higienização, táticas (Simmel, 2006; De Certeau, 1994) afetivas, políticas e diferentes formas de sociabilidades, na Campina pulsaram e ainda pulsam trajetórias, memórias, imagens, formas de habitar, narrar e interpretar a cidade de Belém. A zona compreendida aqui enquanto lugar praticado (Tuan, 1983; De Certeau, 1994) nos leva a pensar nas relações afetivas que estas mulheres mantêm com o bairro (Sousa, 2017). Seja a partir da batalha ou da militância, me proponho compreender como mulheres prostitutas que batalham, militam e vivem neste bairro produzem poéticas (Bachelard, 1978) sobre este logradouro. É na prática sensível do cotidiano cidadão, em meio a uma multidão de pessoas que cruzam suas ruas, travessas e avenidas, que as prostitutas desnudam este corpo fêmea chamado Campina.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

